

GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/052

Aos Administradores do
GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA.
Vespasiano - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1**Grupo Criança em Busca de Uma Nova Vida**

Balço patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	3	113.080	52.169	Fornecedores Nacionais	9	3.526	2.839
Outros Créditos	4	3.404	3.130	Obrigações Fiscais	10	76	136
Despesas Antecipadas	5	447	433	Obrigações Previdenciárias e Sociais	11	679	4.495
				Provisão - Férias e Encargos Sociais	12	13.610	20.010
				Saldo Credor a Regularizar	15	323	1.599
				DFC-Presentes a Repassar	17	15.933	19.994
				Termo de Parceria - Governo	18	32.283	-
Total do ativo circulante		116.931	55.732	Total do passivo circulante		66.430	49.073
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	6	230.476	242.957	Patrimônio Social	19	260.777	258.998
				Ajustes Exercícios Anteriores	20		(1.436)
				Superávit ou Déficit Acumulado	19	20.200	(7.946)
Total do ativo não circulante		230.476	242.957	Total do patrimônio líquido		280.977	249.616
TOTAL DO ATIVO		347.407	298.689	TOTAL DO PASSIVO		347.407	298.689

QUADRO 2

Grupo Criança em Busca de Uma Nova Vida

Demonstração do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS			
Subvenção Governo Municipal - SGM			
SGM - Termo Colaboração		-	32.405
SGM - Termo de Parceria		460	-
SGM - Comodato 003/2014		19.722	20.113
SGM - Doações Recebidas		43.427	34.782
Total Subvenção Governo Municipal	21	63.608	87.300
Subvenção Governo Estadual - SGE			
SGE - Termo Colaboração			83.167
SGE - Doações Recebidas		1.400	
Total Subvenção Governo Estadual	21	1.400	83.167
Verbas do ChildFund Brasil			
CB - Subsídios - Estrangeiro e Brasileiro		218.378	286.512
CB - Outras Subvenções		36.502	
Total Verbas do ChildFund Brasil	21	254.880	286.512
Verbas da Comunidade			
Contribuições e Repasses da Comunidade		22.790	15.890
Doações Recebidas da Comunidade		113.391	139.827
Total Verbas da Comunidade	21	136.181	155.717
Verbas de Parceiros - Pessoas Jurídicas			
COPASA - Companhia de Saneamento de MG	21	1.620	
CEMIG Distribuição S/A	21	1.270	1.081
Fundação Abrinq	21	102.593	86.850
Total Verbas de Parceiros - Pessoas Jurídicas		105.482	87.931
Receitas Financeiras	21	3.140	3.764
Total das Subvenções e Doações Recebidas	21	564.691	704.390
Doações Patrimoniais	21	11.161	305
Isonção Quota Patronal Previdenciária	21	17.491	
Serviço Voluntário	21	4.881	5.942
Total Outras Receitas Operacionais		33.533	6.247
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	21	598.224	710.637
DESPESAS OPERACIONAIS			
Subvenção Governo Municipal			
Gratuidade Assistência Social Projetos Comunitários - Governo Municipal			
Despesas com os Projetos Assistenciais		11.799	14.865
Repasses de Doações		42.845	33.862
Total	22	54.644	48.727
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização - Governo Municipal			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais			24.223
Despesas com Serviços de Terceiros			16.900
Despesas com os Projetos Assistenciais		7.265	8.114
Repasses de Doações		582	920
Total	22	7.847	50.157
Despesas Financeiras	22	460	268
Despesas Tributárias	22		92
Total Gratuidades Subvenção Governo Municipal - SGM	22	62.951	99.245
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização - Governo Estadual			
Despesas com Serviços de Terceiros			79.007
Despesas com os Projetos Assistenciais			2.603
Repasses de Doações		1.400	
Total	22	1.400	81.610
Gratuidade Assistência Social Apoio aos Projetos - Governo Estadual			
Despesas com os Projetos Assistenciais			94
Total	22	-	94
Despesas Financeiras	22	274	677
Despesas Tributárias	22		114
Total Gratuidades Subvenção Governo Estadual - SGE	22	1.674	82.495
Subvenção ChildFund Brasil			
Gratuidade Assistência Social Projetos Comunitários - ChildFund Brasil			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais			21.667
Despesas com os Projetos Assistenciais		654	2.266
Total	22	654	23.933
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização - ChildFund Brasil			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		105.030	77.032
Despesas com Serviços de Terceiros		63.549	28.392
Despesas com os Projetos Assistenciais		14.225	8.876
Total	22	182.804	114.300
Gratuidade Assistência Social Apoio aos Projetos - ChildFund Brasil			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais			108.442
Despesas com Serviços de Terceiros		28.245	19.277
Despesas com os Projetos Assistenciais		7.483	9.742
Total	22	35.728	137.461
Despesas Financeiras	22	3.608	3.667
Despesas Tributárias	22	784	836
Total Gratuidades Subsídios ChildFund Brasil	22	223.576	280.197
Verbas da Comunidade e Parceiros			
Gratuidade Assistência Social Projetos Comunitários - Comunidade e Parceiros			
Despesas com os Projetos Assistenciais		16.799	9.924
Subvenção COPASA - Comp. Saneamento de MG		1.620	20.857
Repasses de Doações		8.001	
Total	22	26.420	30.781
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização - Comunidade e Parceiros			
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		55.108	39.215
Despesas com Serviços de Terceiros		6.292	3.610
Despesas com os Projetos Assistenciais		31.708	24.691
CEMIG Distribuição S/A		1.270	1.081
Repasses de Doações		99.776	114.994
Total	22	194.154	183.591
Gratuidade Assistência Social Apoio aos Projetos - Comunidade e Parceiros			
Despesas com os Projetos Assistenciais		3.843	5.331
Total	22	3.843	5.331
Despesas Financeiras	22	2.013	1.024
Despesas Tributárias	22	26	
Total Gratuidades Verbas da Comunidade e Parceiros	22	226.454	220.726
Total das Gratuidades	22	514.655	682.664
Depreciação / Amortização	22	29.837	29.006
Isonção Quota Patronal Previdenciária	22	17.491	
Serviço Voluntário	22	4.881	5.942
Perdas Patrimoniais	22		667
Total de Outras Despesas Operacionais	22	52.209	35.615
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	22	566.864	718.279
Superávit/déficit do exercício		31.360,00	(7.642)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3**Grupo Criança em Busca de Uma Nova Vida**

Demonstração das mutações do patrimônio social em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

Descrição	Patrimônio Social	Ajustes Exercícios Anteriores	Superávit / Déficit Acumulados Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	358.677	-	(99.983)	258.694
Incorporação ao Patrimônio Social	(99.983)	-	99.983	-
Doações Patrimoniais	305		(305)	-
Ajustes Exercícios Anteriores		(1.436)		(1.436)
Déficit do Exercício	-	-	(7.642)	(7.642)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	258.999	(1.436)	(7.947)	249.616
Incorporação ao Patrimônio Social	(9.383)	1.436	7.947	-
Doações Patrimoniais	11.161		(11.161)	-
Superávit do Exercício	-	-	31.361	31.361
Saldos em 31 de dezembro de 2018	260.777	-	20.200	280.977

QUADRO 4**Grupo Criança em Busca de Uma Nova Vida**

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit / Déficit do Exercício	31.360,00	(7.642)
<u>Ajustes por:</u>		
Depreciação / Amortização	29.837,00	29.006
Bens Recebidos em Doação	(11.161,00)	(305)
Baixa no Imobilizado	-	667
	50.036,00	21.726
Aumento (Redução) nos Ativos Circulantes		
Adiantamento a Funcionários	1.026	(329)
Adiantamento a Terceiros	(1.299)	
Despesas Antecipadas	(13)	4
	(286)	(325)
Aumento (Redução) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores Nacionais	687,00	1.057
Obrigações Fiscais	(60,00)	(56)
Obrigações Previdenciárias e Sociais	(3.816,00)	(825)
Provisão - Férias e Encargos Sociais	(6.400,00)	4.935
Saldo Credor a Regularizar	(1.276,00)	(6.357)
DFC-Presentes a Repassar	(4.062,00)	(1.275)
Termo Colaboração Governamental	32.283,00	(94.945)
	17.356,00	(97.466)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	67.106,00	(76.065)
Fluxo de Caixa das Atividades de investimentos		
Adição ao Imobilizado - recursos próprios	(6.195,00)	(23.427)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(6.195,00)	(23.427)
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	60.911,00	(99.492)
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	52.169	151.661
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	113.080	52.169
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	60.911	(99.492)

Grupo Criança em Busca de Uma Nova Vida

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

GRUPO CRIANÇA EM BUSCA DE UMA NOVA VIDA - GCRIVA, fundado em 23 de outubro de 1991, é uma pessoa jurídica de direito privado sem finalidade de lucros. Possui reconhecimento de utilidade pública no âmbito federal, decreto de 02/12/1998; estadual, Lei 16.592 de 29/12/2006 e municipal, Lei 1.628 de 21/09/1995. Possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e reconhecimento como Entidade Beneficente de Assistência Social. Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Vespasiano sob o nº 03 e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o nº 03.

Seu foco de atuação está na prestação de serviços e atendimentos gratuitos de assistência social, na esfera social, educacional, comunitária, direcionados as crianças, jovens e seus familiares, carentes, residentes nas regiões adjacentes ao bairro Nova Pampulha, em Vespasiano – MG. Atende seus objetivos estatutários através dos projetos, de forma direta e/ou indireta, ao desenvolver em suas crianças e jovens assistidos, qualidades morais, intelectuais, físicas e artísticas para sua plena promoção humana, com apoio da comunidade e por meio de parcerias com Órgãos Públicos (Prefeitura Municipal de Vespasiano e Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais) e Organizações Não Governamentais, como ChildFund Brasil e Fundação Abrinq.

De acordo com seu Estatuto, art. 2º:

Parágrafo 1º - O GCRIVA tem como missão oportunizar as crianças e adolescentes condições para melhoria de sua qualidade de vida, contribuindo com a promoção de seu desenvolvimento pleno;

Parágrafo 2º - O GCRIVA tem como valores fundamentais a família, a solidariedade, a criatividade e o respeito, dentre outros previstos em outras normativas internas;

Parágrafo 3º - O GCRIVA, no desenvolvimento de suas ações, sempre que possível, atuará sob a égide de seus 5 (cinco) pilares: Múltiplas Habilidades e Competências, Apoio ou Suporte Social, Oficinas Educativas, Liderança Infanto-Juvenil e Empregabilidade.

2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de Apresentação

As presentes demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis as Entidades Sem Finalidade de Lucros, que compreendem a NBC ITG 2002 (R1) e NBC T – 10.19. De acordo

com o alcance da ITG 2002 (R1), “aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (IRF SME) ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação”.

2.2. Políticas contábeis

2.2.1. Receitas e Despesas

As receitas, as contribuições, as despesas e as gratuidades são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais da Contabilidade, em especial os Princípios da Competência e o da Oportunidade. As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado, observando o disposto na NBC TG 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais. Todas reconhecidas mediante documentos hábeis e idôneos, registradas em contas próprias e segregadas, inclusive as patrimoniais, quando aplicável.

2.2.2. Ativos e Passivos Circulantes

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

Um passivo é reconhecido quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Aos ativos e passivos circulantes são acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias incorridas e dos encargos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalente de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicação financeira temporária de conversibilidade imediata, em um montante conhecido de caixa estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor justo. Os ativos que compõem a rubrica estão mencionados na nota nº. 3.

2.2.4. Ativos e Passivos Não Circulantes

Compreendem os bens, direitos e obrigações realizáveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos das correspondentes variações monetárias incorridas e dos encargos, se aplicável, até a data do balanço.

O imobilizado e o intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou valor original (doações), deduzido a depreciação e amortização acumuladas. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, a taxa que levam em consideração o tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme mencionado na nota nº 6 e nº 7.

Um bem patrimonial é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso, pela venda, por furto ou roubo, inutilidade. Eventual ganho ou perda advinda da baixa do ativo é incluído nas demonstrações financeiras no exercício em que o fato ocorrer.

2.2.5. Estimativas e Premissas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração inclua e efetue estimativas, adote premissas, no seu melhor julgamento, tais como: mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões, estimativas da vida útil de determinados ativos e outros similares; que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os resultados efetivos (reais) podem diferir daqueles estimados.

2.2.6. Reclassificação

Para o exercício financeiro de 2018 foi abortada a mudança do sistema tecnológico de informação. Porém, foi adotado novo plano de contas contábeis, visando uma melhor estruturação das demonstrações financeiras e suas informações, sempre, atendendo aos instrumentos legais

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2018	2017
Caixa	765,58	215,85
CEF - 002773-3 / PMV - SMDS	32.282,93	
BI - 054304-8 / Comunidade	10,00	
BI - 054304-8 / PMV		10,00
BI - 054303-0 / TJMG		10,00
BI - 054137-2 / ChildFund	10,00	10,00
BBD - 005003-2 / Fund. Abring	1,00	1,00
BI - 054304-8 / CDB (Aut Mais)	26.935,94	2.196,50
BI - 054303-0 / CDB (Aut Mais)		391,80
BI - 054137-2 / CDB (Aut Mais)	45.565,33	41.484,07
BBD - 005003-2 / Invest Fácil	7.509,44	7.850,03
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	113.080,22	52.169,25

As disponibilidades financeiras em aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis, em um montante conhecido de caixa, sem qualquer ônus à Entidade.

4. OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro, a posição de Adiantamento a Funcionários, em Outros Créditos, compõe a seguinte representação:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento - Salário	1.290,00	
Adiantamento - Férias	814,53	
Adiantamento - Rescisão CT		3.130,27
Total Adiantamento a Funcionários	<u>2.104,53</u>	<u>3.130,27</u>

Representam os adiantamentos operacionais aos empregados relacionados ao salário, funcionária sob custódia do INSS e, a férias para o período de gozo em 01/2019.

Em 31 de dezembro, a posição de Adiantamento a Terceiros, em Outros Créditos, estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento - Serv. Terceiros	1.299,00	
Total Adiantamento a Terceiros	<u>1.299,00</u>	<u>0,00</u>

5. DESPESAS ANTECIPADAS

Em de 31 de dezembro, a Entidade mantém contratato de seguro para seus bens, considerado suficiente pela Administração, para cobrir eventuais sinistros. Na Entidade não há política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações, conseqüentemente, não há contrato de seguro cobrindo as operações de responsabilidade civil.

6. IMOBILIZADO

O Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e doações, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas anuais, abaixo demonstradas, em 31 de dezembro, estava assim composto:

	Taxa de Depreciação ao ano (%)	2018	2017
Terrenos		15.000,00	15.000,00
Edificações - RP	4	330.159,78	330.159,78
Edificações - RT	4	74.196,54	74.196,54
Máquinas e Equipamentos - RP	10	47.339,58	44.044,70
Móveis e Utensílios - RP	10	76.136,07	73.236,07
Computadores - RP	20	30.905,86	30.905,86
Máquinas e Equipamentos - RT	10	12.330,04	3.619,58
Móveis e Utensílios - RT	10	5.123,47	3.773,17
Computadores - RT	20	2.655,00	1.555,00
		<u>593.846,34</u>	<u>576.490,70</u>
Depreciação Acumulada		-363.370,21	-333.533,45
Total do Imobilizado		<u>230.476,13</u>	<u>242.957,25</u>

7. INTANGÍVEL

O Intangível, representado basicamente por software, está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização calculada pelo método linear com base nas taxas anuais, abaixo demonstradas, em 31 de dezembro, estava assim composto:

	Taxa de Amortização ao ano (%)	2018	2017
Direito de Uso de Software	20	4.933,31	4.933,31
Amortização Acumulada		-4.933,31	-4.933,31
Total do Intagível		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

8. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO E DO INTANGÍVEL

Bens Imóveis - Movimentação			
	Bens Imóveis - RP	Bens Imóveis - RT	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	145.311,88	24.522,94	169.834,82
Adições			0,00
Baixas / Transferências	17.461,24		17.461,24
Depreciação / Amortização	-12.798,96	-2.967,85	-15.766,81
Saldo em 31 de dezembro de 2017	149.974,16	21.555,09	171.529,25
Adições			0,00
Baixas / Transferências			0,00
Depreciação / Amortização	-13.206,39	-2.967,86	-16.174,25
Saldo em 31 de dezembro de 2018	136.767,77	18.587,23	155.355,00

Bens Móveis - Recursos Próprios - Movimentação				
	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.947,57	42.582,65	9.837,76	73.367,98
Adições	2.766,90	3.119,80	79,00	5.965,70
Baixas / Transferências		-78,92		-78,92
Ajustes	-193,41	-748,48		-941,89
Depreciação / Amortização	-3.642,41	-5.649,31	-2.909,04	-12.200,76
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.878,65	39.225,74	7.007,72	66.112,11
Adições	3.294,88	2.900,00		6.194,88
Baixas / Transferências				0,00
Ajustes				0,00
Depreciação / Amortização	-3.962,02	-5.773,00	-2.583,95	-12.318,97
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.211,51	36.352,74	4.423,77	59.988,02

Bens Móveis - Recursos de Terceiros - Movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.802,70	3.409,12	833,85	7.045,67
Adições	50,00	255,00		305,00
Baixas / Transferências		-588,00		-588,00
Adições	-488,07	9,54	-15,18	-493,71
Depreciação / Amortização	-359,04	-378,03	-216,00	-953,07
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.005,59	2.707,63	602,67	5.315,89
Adições	8.710,46	1.350,30	1.100,00	11.160,76
Baixas / Transferências				0,00
Adições				0,00
Depreciação / Amortização	-631,80	-437,41	-274,33	-1.343,54
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.084,25	3.620,52	1.428,34	15.133,11

Imobilizado e Intangível - Movimentação

	Bens Imóveis	Bens Móveis - Recursos Próprios	Bens Móveis - Recursos de Terceiros	Total Imobilizado	Intangível	Total do Imobilizado e Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2015	169.834,82	73.367,98	7.045,67	250.248,47	84,99	250.333,46
Adições	0,00	5.965,70	305,00	6.270,70		6.270,70
Baixas / Transferências	17.461,24	-78,92	-588,00	16.794,32		16.794,32
Ajustes		-941,89	-493,71	-1.435,60		-1.435,60
Depreciação / Amortização	-15.766,81	-12.200,76	-953,07	-28.920,64	-84,99	-29.005,63
Saldo em 31 de dezembro de 2016	171.529,25	66.112,11	5.315,89	242.957,25	0,00	242.957,25
Adições	0,00	6.194,88	11.160,76	17.355,64		17.355,64
Baixas / Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Ajustes		0,00	0,00	0,00		0,00
Depreciação / Amortização	-16.174,25	-12.318,97	-1.343,54	-29.836,76		-29.836,76
Saldo em 31 de dezembro de 2017	155.355,00	59.988,02	15.133,11	230.476,13	0,00	230.476,13

A Entidade não alterou a forma de utilização do seu Imobilizado e Intangível, como também não identificou progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

9. FORNECEDORES NACIONAIS

A representação dos Fornecedores Nacionais está formada pelos saldos a pagar aos fornecedores de bens materiais, o direito de propriedade e os saldos a pagar aos fornecedores de utilidades e de serviços prestados, reconhecidos e registrados a despesa, até a data do Balanço, mas a pagar posteriormente.

Em 31 de dezembro a rubrica, Fornecedores Nacionais está assim composta:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores Diversos - Bens		60,00
COPASA Comp. Saneamento de MG	1.123,35	1.810,39
CEMIG Distribuição S/A	668,12	638,75
Telemar Norte Leste S/A	197,92	230,18
Emive Patrulha 24 Horas Ltda	180,00	
Pessoas Jurídicas Diversas	1.356,80	99,59
Total Fornecedores Nacionais	<u>3.526,19</u>	<u>2.838,91</u>

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos das contas do subgrupo Obrigações Fiscais representam a obrigação da Entidade com valores retidos, de encargos incidentes sobre os salários ou sobre os serviços prestados pagos a terceiros. A Entidade atua, simplesmente, como responsável pela retenção e, respectivo recolhimento, não representa nenhum ônus.

Em 31 de dezembro, a composição de Obrigações Fiscais estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRRF a Recolher - Folha de Pagamento	75,76	135,64
Total Obrigações Fiscais	<u>75,76</u>	<u>135,64</u>

11. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS

As obrigações de previdência social e as sociais, advindas da convenção coletiva de trabalho celebrada junto ao sindicato da classe, são resultantes de taxas aplicadas sobre os salários ou sobre os serviços prestados por terceiros ou de valores, sobre estes, retidos. Estão representados nesse subgrupo, no mês de competência da folha de pagamento ou da comprovação do serviço contratado.

Em 31 de dezembro, a composição de Obrigações Previdenciárias e Sociais estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS - Fls. Pagto Funcionários	542,17	4.122,24
PIS		213,80
Seguro de Vida em Grupo	41,50	48,00
Mensalidade Social - Auxílio Saúde	95,00	111,00
Total Obrigações Previdenciárias / Sociais	<u>678,67</u>	<u>4.495,04</u>

12. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Representa o saldo ajustado, da posição analítica, para o valor das férias somado ao 1/3 de férias, transcorridas e ainda não gozadas, acrescido dos respectivos encargos sociais: INSS, FGTS e PIS, quando aplicáveis.

Em 31 de dezembro, a composição de Provisões - Férias e Encargos Sociais está assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para Férias	12.602,28	14.932,90
Provisão INSS sobre Férias		3.733,23
Provisão FGTS sobre Férias	1.008,19	1.194,63
Provisão PIS sobre Férias		149,33
Total Provisão Férias e Encargos Sociais	<u>13.610,47</u>	<u>20.010,09</u>

13. ISENÇÃO DA QUOTA PATRONAL PREVIDENCIÁRIA – INSS

Como Entidade Beneficente de Assistência Social, protocolizada sob o nº 23000.008328/2013-01, conforme portaria nº 144/2018, item 2, de 25/06/2018, publicada no Diário Oficial da União de 26/06/2018, passa a usufruir a isenção da quota patronal previdenciária do INSS. É registrada em contas patrimoniais em contrapartida com contas de resultado, segregadas, usufruída a partir da competência julho de 2018, totalizando o montante de R\$ 17.490,65, assim representada:

	<u>2018</u>
Quota Patronal Previdenciária - Empresa	13.656,83
Quota Patronal Previdenciária - Terceiros	3.072,79
Quota Patronal Previdenciária - SAT	<u>341,43</u>
<i>Quota Patronal Previdenciária - Funcionários</i>	<u>17.071,05</u>
Quota Patronal Previdenciária - C. Individual	419,60
Total Isenção Quota Patronal Previdenciária	<u>17.490,65</u>

14. IMUNIDADE À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – PIS

Como Entidade Beneficente de Assistência Social, além de atender aos requisitos legais previstos nos artigos 9º e 14º do CTN, bem como no art. 29 da Lei nº 12.101/2009, a partir da competência setembro de 2018, rege-se pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal à legislação vigente, ao recurso extraordinário nº 636.941/RS, fazendo jus à concessão do benefício da imunidade à Contribuição ao PIS/PASEP.

15. SALDO CREDOR A REGULARIZAR

O saldo apresentado refere-se à transferência do valor apurado ao final do exercício financeiro, em movimentação de conta corrente bancária (saldo com valor negativo), representada na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa – para melhor apropriação, como demonstração a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Itaú S/A	323,43	1.598,96
Total Saldo Credor a Regularizar	<u>323,43</u>	<u>1.598,96</u>

16. SERVIÇO VOLUNTÁRIO

A Entidade apropria e reconhece o Serviço Voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As receitas e despesas são registradas em contas próprias, segregadas, assim como as contas patrimoniais – contrapartidas.

O serviço voluntário dos membros integrantes da Diretoria - Governança, no exercício de suas funções está assim representado:

Governança	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quantidade de horas	182	256
Valor h/h	26,82	23,21
Total	<u>4.881,24</u>	<u>5.941,76</u>

17. DFC-PRESENTES (Designated Fund Certificate)

A Entidade recebeu do parceiro ChildFund Brasil, em 2018, pelo sistema de apadrinhamento a importância de R\$ 72.541,75 (Setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), (R\$ 97.155,91, em 2017). O valor recebido é repassado às crianças apadrinhadas, registrado em conta patrimonial segregada, passivo circulante, demonstrado conforme representação a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Anterior	19.994,46	21.269,34
DFC-Presentes recebidos	72.541,75	97.155,91
DFC-Presentes repassados	-76.603,33	-98.430,79
Total DFC-Presentes a Repassar	<u>15.932,88</u>	<u>19.994,46</u>

18 TERMO DE PARCERIA – Prefeitura Municipal de Vespasiano

O saldo apresentado, refere-se à verba recebida, até a data base de 31 de dezembro, e que ainda não foi aplicada, integralmente, nas atividades operacionais desenvolvidas pela Entidade, reconhecendo com segurança, que cumprirá com as condições estabelecidas pelo parceiro - Prefeitura Municipal de Vespasiano. A subvenção registrada no passivo, pelo regime de competência, será reconhecida como receita, segregada, em bases sistemáticas e racionais, confrontada com as despesas correspondentes, em cada período, em conformidade com a legislação vigente, principalmente a NBC TG 07 (R1).

Em 31 de dezembro, o saldo do Termo de Parceria apresenta a seguinte composição:

PMV / SMDS	2018
Saldo Inicial	0,00
Verba do Termo de Parceria recebida	32.742,43
Verba do Termo de Parceria aplicada	-459,50
Total a Aplicar	<u>32.282,93</u>

O saldo final para conta bancária que controla a verba do Termo de Parceria, CEF – 002773-3, apresenta o montante igual a R\$ 32.282,93.

19 PATRIMÔNIO SOCIAL

O resultado do período é mantido na rubrica “Superávit ou Déficit Acumulado”, segregado e apropriado (incorporação) para a conta do Patrimônio Social após a aprovação dos Membros da Diretoria, em Ata.

Em 2018, foi aprovada pelos Membros da Diretoria a incorporação do déficit do exercício anterior (2017) ao Patrimônio Social, em conta segregada, no montante de R\$ 9.382,33 (Nove mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos).

Em 2018, a Entidade recebeu em doação bens patrimoniais, no montante de R\$ 11.160,76 (Onze mil cento e sessenta reais e setenta e seis centavos), que foi incorporado ao Patrimônio Social após apuração do resultado do exercício, em conta segregada.

O Patrimônio Social apresenta, no exercício financeiro de 2018, o montante de R\$ 249.616,09 (Duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e nove centavos) (R\$ 258.998,42, em 2017).

Em 2018, o resultado apurado, superávit, representa o montante de R\$ 31.360,92.

A representação no montante de R\$ 20.200,16, para Superávit ou Déficit Acumulado, refere-se ao valor da apuração do resultado do exercício financeiro de 2018, R\$ 31.360,92, somado ao valor das doações patrimoniais recebidas neste exercício, (R\$ 11.160,76).

20 AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo de (R\$ 1.435,60), em 31 de dezembro de 2017, representa as correções para os valores de determinados bens patrimoniais, assim como para os cálculos das depreciações e/ou amortizações acumuladas, conforme revisão analítica nos controles da Entidade, sem interferência na vida útil remanescente dos referidos bens patrimoniais.

21 DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício financeiro, registradas em contas de resultado – receitas, discriminadas e segregadas, em atendimento ao Decreto nº 8.242/2014. Excetuam-se, as receitas: doações de bens patrimoniais; isenção quota patronal previdenciária e serviço voluntário. Em 2018, a Entidade recebeu doações e subvenções no montante de R\$ 564.691,60 (R\$ 704.389,99, em 2017). As doações e subvenções podem ser representadas como os demonstrativos a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subvenção Governo Municipal	63.608,47	87.299,95
Subvenção Governo Estadual	1.400,00	83.166,80
Subsídio ChildFund Brasil	254.879,61	286.511,87
Contribuições / Doações da Comunidade	136.181,21	155.716,61
Verba da Fundação Abrinq	102.592,71	86.850,00
Donativo COPASA - Companhia de Saneamento de MG	1.619,67	
Donativo CEMIG Distribuição S/A	1.269,90	1.080,87
Receitas Financeiras	3.140,03	3.763,89
Total	<u>564.691,60</u>	<u>704.389,99</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Operacional	598.224,25	710.636,75
Doações Patrimoniais	-11.160,76	-305,00
Isenção Quota Patronal Previdenciária	-17.490,65	
Serviço Voluntário	-4.881,24	-5.941,76
Total	<u>564.691,60</u>	<u>704.389,99</u>

22 GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas, segregadamente, por verbas recebidas: Verbas da Comunidade, incluindo verba da Fundação Abrinq; Verbas do ChildFund Brasil; Subvenção da Prefeitura Municipal de Vespasiano – PMV; Doações do Governo Estadual.

As gratuidades, por verbas, de assistência social, em projetos desenvolvidos pela Entidade, ainda subdivididas e mensuradas por atividades desenvolvidas: comunitário; socialização e apoio administrativo – ITG 2002, item 24; todas suportadas por documentação hábil. Excetuam-

se as gratuidades: as despesas com depreciação; a isenção da quota patronal previdenciária; as despesas com serviço voluntário; perdas patrimoniais, para o exercício de 2017.

Em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.242/2014, a Entidade, no exercício de 2018, concedeu gratuidades no montante de R\$ 514.654,68 (R\$ 682.664,17, em 2017), conforme demonstrações a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gratuidade Verba da Comunidade	115.358,83	220.726,10
Gratuidade Verba Parceiros	111.095,29	
Gratuidade Subsídios ChildFund Brasil	223.575,94	280.197,30
Gratuidade Subvenções Governo Municipal	62.950,80	99.245,14
Gratuidade Subvenções Governo Estadual - TJMG	1.673,82	82.495,63
Total	<u>514.654,68</u>	<u>682.664,17</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gratuidade Assistência Social Projetos Comunitários	81.718,69	103.440,65
Gratuidade Assistência Social Projetos Socialização	386.202,30	429.658,41
Gratuidade Assistência Social Apoio aos Projetos	39.570,25	142.885,72
Gratuidade Assistência Social Despesas Financeiras	6.353,56	5.636,77
Gratuidade Assistência Social Despesas Tributárias	809,88	1.042,62
Total	<u>514.654,68</u>	<u>682.664,17</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Operacionais	566.863,33	718.278,48
Depreciação / Amortização	-29.836,76	-29.005,63
Isenção Quota Patronal Previdenciária	-17.490,65	
Serviço Voluntário	-4.881,24	-5.941,76
Perdas Patrimoniais		-666,92
Total	<u>514.654,68</u>	<u>682.664,17</u>

23 BENS MÓVEIS EM COMODATO

A Entidade, em 02 de março de 2015, conforme “Ata Recibo – Bens Recebidos em Comodato” recebeu da Prefeitura Municipal de Vespasiano, através de convênio com a Secretaria de Educação, bens móveis, onde devem ser observadas as seguintes condições: utilização nos programas assistências às crianças de 04 anos de idade; devolução dos itens quando solicitado pelo órgão; manutenção, conservação e guarda dos mesmos; não obtendo total controle do imobilizado, cedido.

Em virtude das restrições quanto ao uso e devolução dos bens móveis quando solicitado pelo órgão, de acordo com a Lei nº 11638/2007, o comodato em questão, não atende a todas as condições necessárias para compor, efetivamente, o imobilizado da Entidade.

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração da Entidade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

MBM.BH Organização e Assessoria Contábil Ltda
Escritório – CRC MG: 007328/0-8
